

# SUMÁRIO

## **DIREITO CONSTITUCIONAL ..... 45**

### **1. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS ....45**

- 1.1. Ausência de banho quente nos estabelecimentos prisionais fere a dignidade dos presos.....45
- 1.2. É inconstitucional Lei distrital que preveja reserva de vagas nas universidades para alunos que estudaram apenas nas escolas públicas do DF.....47
- 1.3. A proibição da entrevista com Adélio Bispo, autor da facada contra Jair Bolsonaro, não significou censura nem restrição indevida à liberdade de imprensa..... 48
- 1.4. É cabível, em tese, ado pedindo a instituição de pagamento de valor mínimo em favor dos mais necessitados durante situação de calamidade pública.....49
- 1.5. É inconstitucional o art. 6º-b da Lei 13.979/2020, Incluído pela MP 928/2020, porque ele impõe restrições ao livre acesso do cidadão a informações.....49
- 1.6. A MP 954/2020 é inconstitucional por ter autorizado a disponibilização de dados pessoais ao ibge..... 51
- 1.7. É inconstitucional Lei municipal que proíba a divulgação de material com referência a “ideologia de gênero” nas escolas municipais.....54
- 1.8. Critérios para que o parágrafo único do art. 4º da Lei 9.883/99 Seja compatível com a Constituição Federal...55
- 1.9. É inconstitucional Lei Estadual que proíba a administração de contratar empresa que tenha tido empregado condenado por atos discriminatórios..... 57
- 1.10. STF determinou a suspensão da investigação que estava sendo realizada pelo ministério da justiça contra integrantes de movimento político antifascista ..... 58
- 1.11. O art. 522 da CLT, que prevê um número máximo empregados que podem ser dirigentes sindicais, é compatível com a constituição .....59
- 1.12. É inconstitucional Lei Estadual que inclua no conceito de “manutenção e desenvolvimento do ensino” (art. 212 da CF/88), o pagamento de servidores inativos..... 60
- 1.13. Apenas farmacêuticos legalmente habilitados podem figurar como responsáveis técnicos de farmácias e drogarias ..... 61
- 1.14. É inconstitucional Lei que preveja requisitos diferentes entre homens e mulheres para que recebam pensão por morte .....63

1.15. A exigência de que o leiloeiro preste caução para o exercício da profissão é compatível com a constituição .....	64	se não houve declaração de inconstitucionalidade .....	75
1.16. A EC 20/98 ampliou validamente a proibição do trabalho infantil ao elevar de 14 para 16 anos a idade mínima permitida para o trabalho .....	65	2.3. Decisão que permite que empresa comercialize produtos em desacordo com as regras previstas em decreto federal e reserva de plenário .....	76
1.17. A Lei nº 9.656/98 não pode ser aplicada aos contratos firmados anteriormente à sua vigência.....	66	2.4. Procurador da câmara municipal e legitimidade para recurso extraordinário em representação de inconstitucionalidade .....	80
1.18. Inconstitucionalidade da Lei 13.269/2016, que autorizou o uso da fosfoetanolamina sintética .....	68	2.5. Ilegitimidade do amicus curiae para pleitear medida cautelar.....	81
1.19. Lei 13.979/2020: Estabelece medidas para enfrentamento do coronavírus.....	70	2.6. Relator não pode, de ofício, na ADPF que trata sobre o estado de coisas inconstitucional, determinar medidas para proteger os presos da Covid-19.....	82
1.20. Viola a liberdade de expressão a decisão de retirar da netflix o especial de natal do porta dos fundos que satiriza crenças e valores do cristianismo.....	71	2.7. Procuração com poderes específicos para o ajuizamento de ADI e possibilidade de que esse vício seja sanado.....	82
1.21. É válida a norma da CVM que impõe a rotatividade de auditores independentes .....	72	2.8. Lei estadual que modifique os limites geográficos de município pode ser objeto de adi .....	83
1.22. Não é possível atrelar-se ao salário mínimo o valor alusivo a benefício social e os respectivos critérios de admissão .....	72	2.9. Procurador público e capacidade postulatória para interpor recurso extraordinário em ação de constitucionalidade.....	83
1.23. Determinação judicial para identificação dos usuários que operaram em determinada área geográfica não ofende a privacidade e a intimidade.....	74	2.10. É possível o aditamento da petição inicial da ADI para a inclusão de novos dispositivos legais? .....	84
1.24. Jornal poderá acessar dados sobre mortes registradas em ocorrências policiais.....	74	2.11. É cabível o ajuizamento de ADPF contra interpretação judicial de que possa resultar lesão a preceito fundamental.....	84
<b>2. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....</b>	<b>74</b>	2.12. Pessoa física não pode ser amicus curiae em ação de controle concentrado de constitucionalidade .....	84
2.1. É possível o ajuizamento de ADI contra deliberação administrativa de tribunal, desde que tenha conteúdo normativo.....	74	2.13. A decisão do relator que inadmite o ingresso do amicus curiae é recorrível? .....	85
2.2. Exige-se apenas maioria absoluta para modular efeitos de decisão proferida em recurso extraordinário		2.14. Requisito para entidade de classe de âmbito nacional propor ações de controle abstrato de constitucionalidade .....	86

215. Hipóteses de impedimento e suspeição não se aplicam, ordinariamente, ao processo de fiscalização concentrada de constitucionalidade .....	86	3.8. É inconstitucional Lei Estadual que discipline a instalação de antenas transmissoras de telefonia celular.....	102
216. Entidade de classe que representa apenas parte da categoria profissional não pode ajuizar adi/adc....	88	3.9. Lei estadual pode determinar que faculdades devolvam matrícula em caso de desistência antes do início das aulas .....	103
217. É possível que uma EC seja julgada formalmente inconstitucional se ficar demonstrado que ela foi aprovada com votos “comprados” dos parlamentares? .....	88	3.10. Exigência feita pela ce de que saneamento e abastecimento de água sejam realizados por pessoa jurídica de direito público ou sociedade de economia mista .....	104
<b>3. COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS .....</b>	<b>90</b>	3.11. Entes federativos podem requisitar bens e serviços para enfrentar a Covid-19 sem necessidade de autorização do ministério da saúde .....	105
3.1. Além da união, os estados/df e municípios também podem adotar medidas de combate ao coronavírus .....	90	3.12. É constitucional Lei Estadual que conceda dois assentos gratuitos a policiais militares nos transportes coletivos intermunicipais .....	109
3.2. É constitucional Lei Estadual que autoriza a comercialização de bebidas alcoólicas nas arenas desportivas e nos estádios .....	93	3.13. É constitucional Lei Estadual que proíba a prática de fidelização nos contratos de consumo .....	111
3.3. É inconstitucional Lei Estadual que determine aos titulares das serventias extrajudiciais que façam a microfilmagem dos documentos arquivados .....	94	3.14. Os estados-membros detêm competência administrativa para explorar loterias.....	112
3.4. É constitucional Lei Estadual que proíba a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos.....	94	3.15. Estado-membro não pode legislar sobre energia nuclear .....	113
3.5. Não se exige que estados-membros e municípios se vinculem a autorizações e decisões de órgãos federais para tomar atitudes de combate à pandemia.....	95	3.16. Lei estadual pode exigir que, no rótulo dos produtos alimentícios, seja mencionada a presença de organismo geneticamente modificado... 114	
3.6. Inconstitucionalidade de Lei Estadual que afaste as exigências de revalidação de diplomas emitidos por instituições de ensino estrangeiras	100	3.18. É constitucional Lei Estadual que preveja espaço exclusivo para produtos orgânicos nas lojas .....	116
3.7. É inconstitucional Lei de iniciativa parlamentar que trate sobre as atribuições dos órgãos da administração pública .....	101	3.19. É constitucional Lei Estadual que responsabiliza estado-membro por danos causados a pessoas presas na ditadura .....	117
		3.20. É inconstitucional norma de iniciativa parlamentar que preveja a criação de órgão público e organização administrativa.....	118

3.21. Estados e DF podem legislar sobre postagem de boletos de empresas públicas e privadas.....	119
3.22. É constitucional Lei Estadual que obriga empresa de telefonia celular a disponibilizar na internet extrato detalhado das chamadas telefônicas.....	120
3.23. É inconstitucional Lei Estadual que autoriza suspensão da cobrança de empréstimos consignados, mesmo que durante a pandemia da Covid-19.....	121
<b>4. PODER LEGISLATIVO.....</b>	<b>122</b>
4.1. Imunidade parlamentar e declarações prestadas na casa legislativa, mas posteriormente divulgadas na internet.....	122
4.2. É inconstitucional norma da ce que preveja possibilidade de a ale convocar o presidente do TJ ou o PGJ para informações, sob pena de crime de responsabilidade .....	124
<b>5. PROCESSO LEGISLATIVO .....</b>	<b>125</b>
5.1. É constitucional Lei de iniciativa parlamentar que cria conselho de representantes da sociedade civil com atribuição de fiscalizar ações do executivo .....	125
<b>6. MEDIDAS PROVISÓRIAS .....</b>	<b>125</b>
6.1. É possível o controle judicial dos pressupostos de relevância e urgência para a edição de medidas provisórias, no entanto, esse exame é de domínio estrito.....	125
<b>7. TRIBUNAL DE CONTAS .....</b>	<b>126</b>
7.1. É constitucional dispositivo da ce/sp que preveja que o tcm/sp será composto por cinco conselheiros e que obedecerá às normas da CF e da ce...	126
7.2. Compete aos tribunais de contas, com exclusividade, a iniciativa legislativa de norma que disponha sobre sua organização e funcionamento.....	128
7.3. O tribunal de contas do distrito federal tem competência para fiscalizar a aplicação de recursos federais repassados ao distrito federal.	130
<b>8. PODER JUDICIÁRIO.....</b>	<b>131</b>
8.1. Se o tribunal aplica censura para magistrado que praticou conduta grave, essa decisão enseja revisão disciplinar do CNJ.....	131
8.2. A readmissão na carreira da magistratura não encontra amparo na Lei orgânica da magistratura nacional nem na Constituição Federal de 1988 .....	132
8.3. Inexiste ilegalidade em portaria editada pelo juiz diretor do foro que restringiu o ingresso de pessoas portando arma de fogo no fórum.....	133
8.4. Não é compatível com a CF a regra segundo a qual apenas os desembargadores mais antigos possam concorrer aos cargos diretivos do TJ.....	134
8.5. A remoção ocorre antes da promoção por merecimento; a remoção não ocorre antes da promoção por antiguidade.....	135
8.6. Lei estadual pode prever que os oficiais de justiça também auxiliem nos serviços de secretaria da vara.....	136
8.7. Compete ao STF processar e julgar originariamente ações propostas contra o CNJ e contra o CNMP no exercício de suas atividades-fim.....	136
8.8. Decisões administrativas do CNJ devem ser cumpridas mesmo que exista decisão judicial em sentido contrário proferida por outro órgão judiciário que não seja o stf.....	136
8.9. Teto remuneratório da magistratura federal não pode ser superior que o da magistratura estadual.....	137
8.10. É inconstitucional Lei ordinária que fixa idades mínima e máxima para ingresso na magistratura .....	139

**9. MINISTÉRIO PÚBLICO .....140**

- 9.1. Ação de improbidade contra promotor de justiça: julgada em 1ª instância; ação civil de perda de cargo de promotor não envolvendo improbidade: julgada pelo TJ..... 140
- 9.2. O art. 227, VIII, da LC75/93 autoriza que ato do pgr estipule prazo de duração para o recebimento do auxílio-moradia.....143
- 9.3. É constitucional Lei Complementar estadual que preveja que compete exclusivamente ao procurador-geral de justiça interpor recursos ao STF e STJ .....143
- 9.4. É constitucional a resolução 27/2008, do cnmp, que proíbe que os servidores do ministério público exerçam advocacia.....145
- 9.5. O ministério público do trabalho não tem legitimidade para atuar no âmbito do superior tribunal de justiça na condição de parte ..... 146
- 9.6. É inconstitucional dispositivo da ce que afirme ser obrigatória a presença de um membro do MP nas comissões de concursos da administração estadual..... 147
- 9.7. Conflito de atribuições envolvendo MPE e MPF deve ser dirimido pelo cnmp .....147
- 9.8. É constitucional a resolução 40/2009-cnmp, que prevê que os cursos de pós-graduação podem ser considerados como tempo de atividade jurídica..... 150

**10. DEFENSORIA PÚBLICA ..... 151**

- 10.1. Atuação da dpu no STJ em processo patrocinado pela defensoria pública estadual..... 151

- 10.2. As constituições estaduais não podem ampliar a excepcionalidade admitida pelo art. 22 do ADCT da CF/88 152
- 10.3. Dever do poder executivo de efetuar os repasses de duodécimo na forma do art. 168 da CF/88..... 153
- 10.4. Convênio entre a defensoria e a OAB possibilitando a atuação dos causídicos quando não houver defensor público para a causa.....154
- 10.5. É inconstitucional foro por prerrogativa de função para defensores públicos .....154

**11. ADVOCACIA PÚBLICA .....154**

- 11.1. Prerrogativas da advocacia pública.....154
- 11.2. Técnico superior em direito de autarquia estadual e atuação jurídica ...156
- 11.3. É constitucional Lei que preveja o pagamento de honorários de sucumbência aos advogados públicos, respeitado o teto remuneratório.....159
- 11.4. É incompatível com a Constituição Federal o entendimento de que o governador do estado deve autorizar a propositura de ação de improbidade pela procuradoria .....163
- 11.5. É constitucional o pagamento de honorários sucumbenciais aos procuradores dos estados, observando-se, porém, o limite remuneratório previsto no art. 37, XI, da constituição..... 164
- 11.6. É inconstitucional foro por prerrogativa de função para procuradores do estado ..... 166

**12. TEMAS DIVERSOS.....166**

- 12.1. É inconstitucional previsão do estatuto do torcedor, inserida pela Lei do Profut, que permitia o rebaixamento do clube em caso de não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista..... 166
- 12.2. A constituição estadual não pode disciplinar sobre intervenção estadual de forma diferente das regras previstas na Constituição Federal..... 168
- 12.3. Não é possível que os estados-membros criem órgão de segurança pública diverso daqueles que estão previstos no art. 144 da CF/88.....171
- 12.4. Bolsa família: não se pode fazer restrição em relação à região ou ao estado do beneficiário..... 172
- 12.5. STF determina que governo federal adote medidas para conter o avanço da Covid-19 entre indígenas..... 173
- 12.6. Lei distrital não pode conferir porte de arma nem determinar o exercício de atividades de segurança pública a agentes e inspetores de trânsito..... 175
- 12.7. Não é possível o envio da força nacional de segurança para atuar no estado-membro sem que tenha havido pedido ou concordância do governador ..... 176
- 12.8. STF determina que ministério da saúde faça a divulgação integral de dados sobre Covid-19 ..... 178

**DIREITO ADMINISTRATIVO ..... 179**

**1. PRINCÍPIOS..... 179**

- 1.1. Anulação de anistia política concedida há mais de 5 anos e comprovação de que não houve perseguição política ..... 179

- 1.2. A inscrição de estado-membro nos cadastros federais de inadimplência antes da instauração e do julgamento de tomada de contas especial viola o devido processo legal ..182
- 1.3. Poder executivo não pode ser incluído nos cadastros de inadimplentes da união por irregularidades praticadas pelos outros poderes ou órgãos autônomos...183
- 1.4. Princípio da razoabilidade.....185
- 1.5. Município pode obter certidão positiva com efeitos de negativa quando os débitos são da câmara municipal (e não do poder executivo).. 186

**2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA ..... 187**

- 2.1. É inconstitucional Lei Estadual que obrigue a participação de representante da seCCional da OAB em órgão colegiado da administração pública estadual..... 187
- 2.2. É inconstitucional a suspensão do exercício profissional em razão do inadimplemento de anuidades devidas à entidade de classe..... 188
- 2.3. Nomeação de dirigentes e desnecessidade de prévia aprovação da ale..... 190
- 2.4. A companhia do metropolitano do distrito federal (metrô-DF) não está submetida ao regime constitucional dos precatórios ..... 191
- 2.5. As fundações públicas de direito privado não fazem jus à isenção das custas processuais ..... 193
- 2.6. Petrobrás pode criar subsidiárias e, em seguida, alienar o controle acionário delas sem licitação e sem autorização legislativa específica ..... 194
- 2.7. Técnico em contabilidade podia se inscrever no conselho até 01/06/2010 sem fazer o exame de suficiência; depois dessa data, não pode mais se inscrever em hipótese alguma..... 199

2.8. Treinador ou instrutor de tênis não precisa ser inscrito no conselho regional de educação física.....	200	4.3. Candidato só pode ser excluído de concurso público por não se enquadrar na cota para negros se houver contraditório e ampla defesa.....	214
2.9. Fundação pública com personalidade jurídica de direito privado pode adotar o regime celetista para contratação de seus empregados.....	201	4.4. Em casos excepcionais a jurisprudência admite a aplicação da teoria do fato consumado.....	215
<b>3. RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b>	<b>202</b>	4.5. Prazo para se questionar preterição de candidato em concurso é de 5 anos, contado da data em que o outro servidor foi nomeado no lugar do aprovado .....	216
3.1. Pretensão dos acionistas de serem indenizados pela união e pela petrobrás pelos prejuízos causados pela lava jato deverá ser ajuizada na justiça federal (e não por arbitragem) .	202	4.6. A equiparação de carreira de nível médio a outra de nível superior constitui ascensão funcional, vedada pelo art. 37, li, da CF/88.....	217
3.2. Para que o município seja responsável por acidente em loja de fogos de artifício, é necessário comprovar que ele violou dever jurídico específico de agir.....	203	4.7. É inconstitucional Lei que preveja a integração, no quadro do tribunal de contas, de servidores que estejam à disposição daquela corte .....	218
3.3. Análise da constitucionalidade da MP 966/2020, que dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por atos relacionados com a pandemia da Covid-19.....	204	4.8. Estado responde subsidiariamente caso a prova do concurso público seja suspensa ou cancelada por indícios de fraude; a responsabilidade direta é da instituição organizadora .....	218
3.4. O art. 927, Parágrafo único, do Código Civil pode ser aplicado para a responsabilidade civil do estado.....	209	4.9. É inconstitucional Lei Estadual que define, como critério de desempate em concurso público, a preferência pelo servidor público daquele estado ..	220
3.5. Em regra, o estado não tem responsabilidade civil por atos praticados por presos foragidos; exceção: quando demonstrado nexo causal direto.....	210	4.10. É possível que o candidato a concurso público consiga a alteração das datas e horários previstos no edital por motivos religiosos, desde que cumpridos alguns requisitos .....	221
<b>4. CONCURSOS PÚBLICOS .....</b>	<b>211</b>	<b>5. SERVIDORES PÚBLICOS.....</b>	<b>223</b>
4.1. Em regra, não é legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou a ação penal.....	211	5.1. É inconstitucional o pagamento de subsídio mensal e vitalício a ex-vereadores, assim, como o pagamento de pensão por morte aos dependentes dos ex-ocupantes deste cargo .....	223
4.2. Cabe à justiça comum julgar ações contra concurso público realizado por órgãos e entidades da administração pública para contratação de empregados celetistas ..	213	5.2. Tribunal de contas tem prazo de 5 anos para julgar a legalidade do ato de concessão inicial de	

aposentadoria, reforma ou pensão, prazo contado da chegada do processo à corte .....	224	5.13. Em caso de ADI proposta contra Lei que cria cargos em comissão, o tribunal deve fazer a análise das atribuições dos cargos .....	241
5.3. Escrevente notarial do estado de são paulo que se aposentou segundo as regras da Lei Estadual nº 10.393/70 Pode ser atingido pelas regras da Lei Estadual 14.016/2010.....	226	5.14. Lei estadual não pode prever paridade e integralidade para os policiais nem conceder a eles adicional de final de carreira.....	242
5.4. Lei estadual pode exigir que servidor more no município onde atua, mas não pode exigir que ele peça autorização todas as vezes em que for sair da localidade .....	227	5.15. A vedação da SV 37 se aplica tanto para as verbas remuneratórias como também para as parcelas de caráter indenizatório.....	243
5.5. STF modulou os efeitos da decisão que afirmou que os servidores públicos federais não possuem direito aos quintos no período de 08/04/1998 a 04/09/2001.....	228	5.16. Judiciário não pode obrigar que o chefe do poder executivo encaminhe o projeto de Lei para revisão geral anual dos servidores.....	244
5.6. Os médicos cooperados estrangeiros não possuem direito adquirido de permanecer no projeto mais médicos ...	229	5.17. É vedada a vinculação remuneratória de carreiras do serviço público (art. 37, XIII, da CF/88).....	246
5.7. Servidor público municipal, que se aposenta pelo INSS é afastado do cargo pelo fato de a aposentadoria ser hipótese de vacância, não podendo ser reintegrado .....	231	5.18. É possível que o servidor público cumpra seus deveres funcionais em dias alternativos por motivos religiosos, desde que cumpridos alguns requisitos .....	246
5.8. Constitucionalidade do art. 40, § 18 da CF/88 e do art. 9º da EC 41/2003.....	232	5.19. É inconstitucional Lei que preveja que o subsídio dos procuradores será equivalente a um percentual do subsídio dos ministros do stf.....	247
5.9. Servidores temporários não possuem direito a 13º salário e férias, salvo se previsto em Lei ou houver desvirtuamento da contratação	233	5.20. É inconstitucional o parágrafo único do art. 137 da Lei 8.112/90, que proíbe o retorno ao serviço público federal de condenado por fatos graves	248
5.10. Se o servidor público recebe remuneração (ou aposentadoria) mais pensão, a soma dos dois valores não pode ultrapassar o teto.....	234	5.21. Direito dos trabalhadores das empresas estatais à participação nos lucros e resultados observará as diretrizes específicas fixadas pelo poder executivo .....	249
5.11. (Im) possibilidade de conversão do tempo especial em tempo comum.....	237	<b>6. DESAPROPRIAÇÃO .....</b>	<b>250</b>
5.12. Servidores de mg desligados do serviço público pela inconstitucionalidade da lce 100/2007 possuem direito aos depósitos de FGTS (art. 19-A da Lei 8.036/90) .....	239	6.1. Em ação de desapropriação indireta é cabível reparação decorrente de limitações administrativas .....	250
		6.2. O prazo prescricional, no caso de ação de desapropriação indireta, é, em regra, de 10 anos; excepcionalmente, será de 15 anos.....	252



**7. PROCESSO ADMINISTRATIVO****DISCIPLINAR.....254**

- 7.1. Na portaria de instauração do pad não é necessário que seja feita uma exposição detalhada dos fatos que serão apurados ..... 254
- 7.2. A estabilidade prevista no art. 149 da Lei nº 8.112/90 Deve ser no cargo, não sendo suficiente que o membro da comissão goze de estabilidade no serviço público .....255
- 7.3. No pad, vigora a independência relativa das esferas penal e administrativa, havendo repercussão apenas em se tratando de absolvição no juízo penal por inexistência do fato ou negativa de autoria..... 258
- 7.4. É possível a cassação de aposentadoria de servidor público pela prática, na atividade, de falta disciplinar punível com demissão ..... 258
- 7.5. O cadastro e o peticionamento no sistema eletrônico de informações denotam a ciência de que o processo administrativo tramitará de forma eletrônica .....259
- 7.6. É possível a cassação de aposentadoria de servidor público pela prática, na atividade, de falta disciplinar punível com demissão .....260
- 7.7. Direito à não autoincriminação e testemunha que noticia elementos que trazem para si responsabilidade pelos episódios em investigação .....261
- 7.8. Os editais de licitação ou pregão não podem conter cláusula prevendo percentual mínimo referente à taxa de administração, sob pena de ofensa ao art. 40, X, da Lei nº 8.666/93 .....262

**8. LICITAÇÕES.....263**

- 8.1. O estabelecimento de critérios de classificação para a escolha de licitantes em credenciamento é ilegal .. 263

- 8.2. Prorrogação antecipada dos contratos de concessão da Lei da relicitação (Lei 13.448/2017) É compatível com os princípios constitucionais ..... 265
- 8.3. Em regra, é imprescindível prévia licitação para a concessão ou permissão da exploração de serviços de transporte coletivo de passageiros...267
- 8.4. Na concorrência para a venda de bens imóveis, é vedada, à administração pública, a fixação de caução em valor diverso do estabelecido no art. 18 da Lei nº 8.666/93 ..... 268
- 8.5. Lei 14.039/2020: Afirma que os serviços prestados por advogados e por profissionais de contabilidade possuem natureza técnica e singular.... 268

**9. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....269**

- 9.1. Os benefícios da colaboração premiada, previstos nas leis nº 8.884/94 e 9.807/99, não são aplicáveis no âmbito da ação de improbidade administrativa ..... 269
- 9.2. Não é permitido que constituição estadual institua foro por prerrogativa de função para processos de natureza cível..... 271
- 9.3. Mesmo que o ato de improbidade tenha sido praticado em mandato anterior, a suspensão dos direitos políticos para o mandato atual ..... 272

**10. PODER DE POLÍCIA..... 274**

- 10.1. Não é possível a manutenção de quiosques e trailers instalados sobre calçadas sem a regular aprovação estatal.....274
- 10.2. As operadoras de cartão de crédito em sentido estrito passam a ser reguladas e fiscalizadas pelo cmn e pelo bacen após a edição da MP 615/2013.....275

- 10.3. Anvisa deve exigir que fabricantes advertam no rótulo que os valores nutricionais informados podem ter variação de até 20% .....277
- 10.4. É possível a delegação do poder de polícia – inclusive da possibilidade de aplicação de multas – para pessoas jurídicas de direito privado?.....278

## 11. TEMAS DIVERSOS.....281

- 11.1. Lei 14.015/2020: Dispõe sobre a interrupção e o restabelecimento de serviços públicos .....281
- 11.2. Lei 14.063/2020: Assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos .....281
- 11.3. União deverá indenizar estados prejudicados com o cálculo incorreto do vmna..... 283
- 11.4. As terras devolutas pertencem, em regra, aos estados-membros..... 285
- 11.5. Exame de suficiência e técnicos em contabilidade formados antes da Lei nº 12.249/2010 ou dentro do prazo por ela previsto .....287
- 11.6. Comprovação do envio da notificação da autuação e da imposição da penalidade de trânsito e aviso de recebimento .....287
- 11.7. É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão do tribunal de contas ..... 289
- 11.8. (Des) necessidade de enfermeiro nas equipes do samu .....291
- 11.9. Direito administrativo militar .....293

## DIREITO ELEITORAL .....297

### 1. INELEGIBILIDADES .....297

- 1.1. Art. 1º, I, “g”, da LC64/90: a simples violação da Lei de licitações não configura necessariamente ato doloso de improbidade administrativa .297

## 2. PARTIDOS POLÍTICOS .....298

- 2.1. São constitucionais as modificações realizadas pela Lei nº 13.107/2015 Nos arts. 7º e 29 da Lei nº 9.096/95 (Lei dos partidos políticos)..... 298

## 3. OUTROS TEMAS..... 300

- 3.1. Sistemas eleitorais.....300
- 3.2. Constitucionalidade do § 3º do art. 224 do código eleitoral.....304
- 3.3. Mesmo com a Covid-19, foram mantidos os prazos para filiação partidária e desincompatibilização nas eleições municipais de 2020.....305
- 3.4. Eleitor não precisa levar o título no dia da votação, sendo suficiente documento de identificação com foto ...307

## DIREITO CIVIL ..... 309

### 1. PARTE GERAL..... 309

- 1.1. Existindo interesse social à memória histórica de crime notório, não é possível acolher a tese do direito ao esquecimento para proibir veiculação futura de matérias jornalísticas .....309
- 1.2. Veiculação de matéria jornalística sobre delito que expõe a vida cotidiana de terceiros não envolvidos no fato criminoso representa ofensa ao princípio da intrascendência .....314
- 1.3. Na exposição pornográfica não consentida, o fato de o rosto da vítima não estar evidenciado de maneira flagrante é irrelevante para danos morais .....315
- 1.4. Não há condenação em honorários advocatícios em incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....316

- 1.5. O uso da imagem de torcedor no contexto de uma torcida não induz a reparação por danos morais.....319
- 1.6. É constitucional a exigência de que o capital social da eireli não seja inferior a 100 vezes o maior salário-mínimo vigente no país (art. 980-A do CC).....321
- 1.7. A responsabilidade do ex-cooperado pelo rateio dos prejuízos acumulados não se limita ao prazo de 2 anos contados do desligamento da cooperativa.....323
- 1.8. Ficam suspensas as ações judiciais propostas contra cooperativa que esteja em liquidação extrajudicial; esta suspensão, contudo, não pode ser superior a 1 ano, prorrogável por mais 1 ano.....323
- 2. BEM DE FAMÍLIA .....324**
- 2.1. Proprietário que aceita que seu bem de família sirva como garantia de alienação fiduciária em garantia não pode alegar que essa disposição foi ilegal.....324
- 2.2. Não se pode penhorar bem de família com base no inciso iv do art. 3º da Lei 8.009/90 Se o débito tributário está relacionado com outro imóvel que pertencia ao devedor.....326
- 2.3. Para a incidência da exceção à impenhorabilidade do bem de família, prevista no art. 3º, vi, da Lei nº 8.009/90, É imprescindível trânsito em julgado.....327
- 2.4. Imóvel bem de família oferecido como caução imobiliária em contrato de locação não pode ser objeto de penhora..... 328
- 3. OBRIGAÇÕES .....328**
- 3.1. No pagamento diferido em parcelas, não havendo disposição contratual em contrário, é legal a imputação do pagamento primeiramente nos juros..... 328
- 3.2. Instituição não financeira não pode estipular em suas vendas a crédito juros remuneratórios superiores a 1% ao mês, ou a 12% ao ano..... 330
- 3.3. O fideiussor, ao adquirir do condomínio créditos de cotas condominiais não-pagas, sub-roga-se e passa a ter os mesmos direitos que o condomínio possuía.....331
- 3.4. Na hipótese em que pactuada a capitalização diária de juros remuneratórios, é dever da instituição financeira informar a taxa diária aplicada.....332
- 3.5. É cabível o pedido de repetição de indébito em dobro, previsto no art. 940 do CC/2002, em sede de embargos monitórios..... 334
- 4. RESPONSABILIDADE CIVIL .....334**
- 4.1. O art. 927, Parágrafo único, do CC pode ser aplicado para permitir a responsabilização objetiva do empregador em caso de acidente de trabalho ..... 334
- 4.2. O fato de ter havido prescrição da pretensão punitiva não impede o ajuizamento ou a continuidade da ação civil *ex delicto*..... 336
- 4.3. A regulação do dpvat e do dpem deve ser feita por meio de Lei Complementar (art. 192 da CF/88), não podendo ser tratada por medida provisória .....337
- 4.4. Acidente de trânsito, responsabilidade civil e possibilidade de ajuizamento de ação para complementação das verbas já recebidas em acordo extrajudicial..... 338
- 4.5. O ato de vandalismo que resulta no rompimento de cabos elétricos de vagão de trem não exclui necessariamente a responsabilidade da concessionária ..... 339

4.6. Poder judiciário pode obrigar empresa responsável pela rede social a fornecer os dados de todos os usuários que acessaram determinado perfil.....	341	5.7. O arrendante é o responsável final pelo pagamento das despesas, junto a pátio privado, com a remoção e a estadia do automóvel apreendido em reintegração de posse.....	357
4.7. Provedores de aplicações de internet não são obrigados a fornecer dados pessoais dos usuários, sendo suficiente a apresentação do IP.....	342	5.8. Prazo para se anular a venda de ascendente para descendente sem que os outros tenham consentido é de 2 anos mesmo que tenha havido interposta pessoa.....	359
4.8. Súmula 642-STJ.....	343	5.9. É nula a doação entre cônjuges casados sob o regime da comunhão universal de bens.....	362
4.9. Pessoa residente no Brasil foi ameaçada por e-mail enviado de conta hospedada no exterior; justiça brasileira é competente.....	344	5.10. A ausência do reconhecimento de firma da assinatura do mandante não induz, necessariamente, a nulidade do instrumento particular de mandato.....	362
4.10. Havendo pedido de indenização, pode o juiz reconhecer a aplicação da perda de uma chance sem que isso implique em julgamento fora da pretensão autoral.....	345	5.11. Contrato de serviços advocatícios com cláusula de remuneração exclusivamente por verbas sucumbenciais e rescisão unilateral pelo cliente.....	363
<b>5. CONTRATOS.....</b>	<b>346</b>	5.12. Inconstitucionalidade do art. 26 da Lei nº 8.177/71.....	364
5.1. Modulação dos efeitos da súmula 610 do STJ no caso de suicídio que tenha ocorrido ainda na vigência do entendimento anterior.....	346	5.13. A notificação premonitória é pressuposto processual para a ação de despejo por denúncia vazia de contrato de locação por prazo indeterminado.....	364
5.2. Análise da legalidade da cláusula de reajuste por faixa etária em contrato de seguro de vida.....	348	5.14. Prejuízos resultantes de sinistros relacionados a vícios estruturais de construção estão acobertados pelo seguro habitacional obrigatório.....	365
5.3. Análise da abusividade de cláusula de não renovação do seguro de vida.....	351	5.15. É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda.....	367
5.4. É necessária a outorga conjugal para fiança em favor de sociedade cooperativa.....	352	5.16. A averbação do desmembramento de imóvel urbano é condição indispensável para a procedência da ação de adjudicação compulsória.....	367
5.5. Mesmo que existam mais de um locador, qualquer deles poderá ajuizar a ação de despejo, não sendo necessário que todos figurem no polo ativo.....	353	5.17. Em ação revisional de contrato de locação comercial, o reajuste do aluguel deve refletir o valor	
5.6. Pretensão dos acionistas de serem indenizados pela união e pela petrobrás pelos prejuízos da lava jato deverá ser ajuizada na justiça federal.....	354		

patrimonial incluindo benfeitorias e acessões .....	370	posteriormente julgada extinta sem resolução do mérito .....	384
518. Prescrição para cobrança de valores relativos a sobre-estadias de contêineres (demurrage).....	371	6.7. Necessidade de ajuizamento de ação autônoma para pleitear a prestação de contas relativa à venda extrajudicial	385
519. No contrato de prestação de serviços advocatícios não é cabível a estipulação de multa pela renúncia ou revogação unilateral do mandato .....	373	6.8. Configura quebra antecipada do contrato o pedido de resolução do pacto de alienação fiduciária em garantia por desinteresse do adquirente .....	386
520. Indenização do art. 24 da Lei ferrari e resolução do contrato baseado na gravidade das infrações praticadas pela concessionária .....	374	6.9. É possível que o devedor fiduciante faça a purgação da mora após a consolidação da propriedade em nome do fiduciário?.....	386
521. No âmbito do contrato de seguro de vida em grupo, quem tem o dever de prestar ao segurado as informações sobre o seguro (ex: situações nas quais não há cobertura): a seguradora ou o estipulante?.....	375	<b>7. PROPRIEDADE INTELECTUAL..... 388</b>	
<b>6. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA..... 375</b>		7.1. Utilização do trecho de música como título de programa televisivo sem autorização do titular viola os direitos do autor.....	388
6.1. Em caso de conversão da busca e apreensão em execução, a quantia cobrada na ação executiva será o valor da integralidade da dívida .....	375	<b>8. DIREITOS REAIS..... 389</b>	
6.2. Em caso de inadimplemento, credor pode promover a inscrição dos nomes dos devedores solidários em bancos de dados de proteção ao crédito .....	378	8.1. É nula a cláusula de convenção do condomínio outorgada pela própria construtora que prevê a redução da taxa condominial das suas unidades ....	389
6.3. O prazo de 5 dias para pagamento da integralidade da dívida é material e, portanto, contado em dias corridos...	379	8.2. O condomínio, por ser uma massa patrimonial, não possui honra objetiva e não pode sofrer dano moral.	391
6.4. A busca e apreensão da alienação fiduciária em garantia, prevista no art. 3º do DL 911/69, é compatível com a CF/88.....	381	8.3. O interesse jurídico no ajuizamento direto de ação de usucapião independe de prévio pedido na via extrajudicial.....	392
6.5. O deferimento da busca e apreensão não autoriza o juiz a extinguir contrato de alienação fiduciária sem pedido do credor.....	383	8.4. A proprietária do imóvel gerador dos débitos condominiais pode ter o seu bem penhorado no cumprimento de sentença .....	393
6.6. Restituído dos valores ao devedor fiduciante quando há venda do bem na ação de busca e apreensão		8.5. Contrato de arrendamento mercantil do bem móvel e usucapião.....	395
		8.6. Separação de fato por longo período afasta a regra do art. 197, I, CC .....	397
		8.7. A destinação de parte do imóvel para fins comerciais não impede o reconhecimento da usucapião	

especial urbana sobre a totalidade da área .....	399
8.8. Não se aplicam as disposições do art. 1.333 do Código Civil aos arrendatários de que trata a Lei nº 10.188/2001 (PAR) .....	404
8.9. É possível a cobrança, por parte de associação, de taxas de manutenção e conservação de loteamento fechado de proprietário não-associado	405
8.10. Após a citação, é possível a juntada da planta e do memorial descritivo, sem a anuência do demandado, desde que não implique em alteração do pedido.....	408
8.11. Não é possível o reconhecimento de ofício do direito ao recebimento de indenização por benfeitorias úteis ou necessárias em ação possessória ....	409
8.12. É válida hipoteca firmada na vigência do CC/2002 exclusivamente por cônjuge casado sob o regime da separação total de bens na vigência do CC/1916.....	409
8.13. O prazo de 180 dias para o exercício do direito de preferência do condômino (art. 504 do CC) inicia-se com o registro da escritura pública de compra e venda da fração ideal.....	410

**9. CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL ..... 411**

9.1. Incidem juros e correção monetária sobre o valor econômico de cotas sociais objeto de partilha em divórcio?.	411
9.2. Em dissolução de vínculo conjugal, é possível a partilha de direitos possessórios sobre bem edificado em loteamento irregular? .....	411
9.3. É desnecessária a inclusão dos parentes colaterais do de cujus no polo passivo da ação de reconhecimento e dissolução de união estável post mortem .....	412

**10. PARENTESCO E PROTEÇÃO DOS FILHOS.... 413**

10.1. A concessão de guarda do menor não implica automática destituição do poder-dever familiar dos pais para representá-lo em juízo .....	413
10.2. A averbação de sentença proferida em ação negatória de filiação não consubstancia direito subjetivo autônomo das partes litigantes .....	413
10.3. O juiz deve adotar as medidas do art. 139, IV, do CPC para superar a resistência da pessoa que deveria fornecer o material para exame de dna	415

**11. ALIMENTOS..... 416**

11.1. Gratuidade de justiça e representante legal do menor, autor de execução de alimentos, que possui atividade remunerada .....	416
11.2. Não incide desconto de pensão alimentícia sobre as parcelas denominadas diárias de viagem e tempo de espera indenizado.....	417
11.3. Se foi celebrado acordo na investigação de paternidade, mas não se estipulou o termo inicial dos alimentos, estes serão devidos desde a citação .....	418
11.4. A desoneração dos alimentos fixados entre ex-cônjuges deve considerar outras circunstâncias, além do binômio necessidade-possibilidade.....	418
11.5. É possível a realização de acordo com a finalidade de exonerar o devedor do pagamento de alimentos devidos e não pagos.....	421
11.6. É cabível ação de exigir contas contra a genitora guardiã do alimentado para obtenção de informações sobre a destinação da pensão paga? .....	422
11.7. Como fica a prisão civil do devedor de alimentos durante a pandemia da Covid-19?.....	423

11.8. É ilegal/teratológica a prisão civil do devedor de alimentos, sob o regime fechado, no período de pandemia, anterior ou posterior à Lei nº 14.010/2020 .....	424	<b>13. RESUMO DAS PRINCIPAIS NOVIDADES LEGISLATIVAS ENVOLVENDO DIREITO CIVIL .....</b>	<b>437</b>
11.9. Não pode ser decretada a prisão civil do devedor de alimentos devidos em razão da prática de ato ilícito .....	425	13.1. Lei 14.010/2020: Regime jurídico emergencial e transitório das relações jurídicas de direito privado (RJET) no período da pandemia da Covid-19 .....	437
11.10. A oferta de pagamento espontâneo em audiência de conciliação em execução de dívida alimentar é vinculante? .....	426	13.2. Lei 14.016/2020: Autoriza restaurantes e similares a doarem alimentos excedentes a pessoas em situação de vulnerabilidade ou de risco alimentar ou nutricional .....	438
<b>12. SUCESSÕES.....</b>	<b>427</b>	13.2. Lei 14.034/2020: Altera o código brasileiro de aeronáutica.....	439
12.1. Fixação de valor a ser recebido mensalmente pelo herdeiro como adiantamento de herança não configura o negócio jurídico processual do art. 190 do CPC.....	427	<b>DIREITO DO CONSUMIDOR.....</b>	<b>441</b>
12.2. É possível o inventário extrajudicial, ainda que exista testamento, se os interessados forem capazes e concordes e estiverem assistidos por advogado.....	428	<b>1. CONCEITOS DE CONSUMIDOR .....</b>	<b>441</b>
12.3. Se o herdeiro renunciou a herança, não tem legitimidade para ação que busca a nulidade de uma alienação realizada pelo de cujus em vida.....	430	1.1. Não se aplica o cdc às relações entre acionistas investidores e a sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas no mercado de valores mobiliários.....	441
12.4. Espólio não possui legitimidade passiva <i>ad causam</i> na ação de ressarcimento de remuneração indevidamente paga após a morte de ex-servidor.....	431	<b>2. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO .....</b>	<b>442</b>
12.5. É válido o testamento particular que, a despeito de não ter sido assinado de próprio punho pela testadora, contou com a sua impressão digital.....	432	2.1. O laboratório tem responsabilidade objetiva na ausência de prévia informação qualificada quanto aos possíveis efeitos colaterais da medicação .....	442
12.6. A cessão de direitos hereditários sobre bem singular viabiliza a transmissão da posse .....	434	2.2. Na hipótese de responsabilidade civil de médicos pela morte de paciente em atendimento custeado pelo sus incidirá o prazo de 5 anos do art. 1º-C da Lei nº 9.494/97.....	444
12.7. Prazo prescricional para ação de nulidade de partilha amigável em que se incluiu no inventário pessoa incapaz de suceder .....	435	<b>3. RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO .....</b>	<b>446</b>
12.9. A viúva meeira não faz jus ao usufruto viudal previsto no art. 1.611, § 1º, do Código Civil de 1916.....	437	3.1. Dever do comerciante de receber e enviar os aparelhos viciados para a assistência técnica ou para o fabricante .....	446

- 3.2. Consumidor que, em ação redibitória, recebeu a restituição do preço, deve devolver o veículo com defeito mesmo que na sentença essa obrigação não tenha ficado expressa.....447

**4. PLANO DE SAÚDE .....447**

- 4.1. Autarquia que seja criada para prestar serviços de saúde suplementar para os servidores públicos e seus dependentes estará sujeita às regras da Lei dos planos de saúde .....447
- 4.2. O rol de procedimentos e eventos da ans é meramente explicativo? ..... 448
- 4.3. Plano de saúde possui responsabilidade solidária por danos causados pelos médicos e hospitais próprios ou credenciados ..... 449
- 4.4. Se não houver previsão contratual expressa, o plano de saúde não é obrigado a custear o tratamento de fertilização in vitro .....451
- 4.5. É devida a cobertura do procedimento de criopreservação de óvulos de paciente fértil, até a alta da quimioterapia, como medida preventiva à infertilidade ..... 453
- 4.6. A operadora de plano de saúde não é obrigada a custear o procedimento de fertilização in vitro associado ao tratamento de endometriose profunda 453
- 4.6. Competência para julgar demandas entre usuário e operadora de plano de saúde ..... 455
- 4.7. O prazo para execução individual de sentença proferida contra planos de saúde em ação civil pública é de cinco anos .....457
- 4.8. Prazo prescricional para cobrar reembolso de plano de saúde (ou de seguro-saúde) é de 10 anos..... 458
- 4.9. Em caso de resilição unilateral do contrato coletivo, deve

ser reconhecido o direito à portabilidade de carências .....460

- 4.10. Em caso de morte do beneficiário, o cancelamento de plano de saúde só ocorre com a comunicação à operadora..... 462
- 4.11. Ex-empregado mantido no plano de saúde por mais de dez anos após a demissão, por liberalidade do ex-empregador, não poderá ser excluído da cobertura do seguro ..... 463

**5. PROTEÇÃO CONTRATUAL..... 464**

- 5.1. É inconstitucional norma que autoriza os bancos a cobrarem tarifa pelo simples fato de disponibilizarem o serviço de “cheque especial”, ainda que ele não seja utilizado..... 464
- 5.2. É abusiva a publicidade de alimentos direcionada, de forma explícita ou implícita, a crianças.....465
- 5.3. Esclarecimentos posteriores ou complementares desconectados do conteúdo principal da oferta não servem para exonerar a enganosidade.467

**6. PRÁTICAS COMERCIAIS..... 468**

- 6.1. A sanção do art. 940 do Código Civil pode ser aplicada também para casos envolvendo consumidor .....468
- 6.2. Na hipótese em que pactuada a capitalização diária de juros remuneratórios, é dever da instituição financeira informar ao consumidor a taxa diária ..... 471
- 6.3. Todos os bancos envolvidos na portabilidade de crédito possuem responsabilidade solidária pelas falhas na prestação do serviço..... 471
- 6.4. É lícita a cobrança de uma “taxa de conveniência” (um valor a mais) pelo fato de o ingresso estar sendo adquirido pela internet.....472



**7. OUTROS TEMAS.....473**

- 7.1. A ausência de informação relativa ao preço, por si só, não caracteriza publicidade enganosa.....473
- 7.2. Se a matriz havia sido condenada a publicar contrapropaganda, mas encerrou suas atividades, essa condenação poderá ser redirecionada para a filial .....475
- 7.3. Hipótese de flexibilização da súmula 385-stj.....477
- 7.4. Erro grosseiro de sistema não obriga empresas a emitir passagens compradas a preço muito baixo .....479
- 7.5. A indenização decorrente de extravio de bagagem e de atraso de voo internacional está submetida à tarifação prevista na convenção de montreal? .....480
- 7.6. A exploração de jogo de azar ilegal configura, em si mesma, dano moral coletivo..... 482

**DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL ..... 485****1. REGIME JURÍDICO ..... 485**

- 1.1. É constitucional Lei Estadual que preveja que o exercício da advocacia deve ser considerado como título em concursos para cartório ..... 485
- 1.2. Lei que trate sobre os cartórios extrajudiciais do DF deve ser de iniciativa do TJDf, discutida e votada pelo congresso nacional ..... 485

**2. REGISTRO DE IMÓVEIS..... 486**

- 2.1. É inconstitucional Lei Estadual que determine aos titulares das serventias extrajudiciais que façam a microfilmagem dos documentos arquivados ..... 486
- 2.2. O cancelamento do registro do loteamento pode ser requerido pelo

loteador, ou quem por ele se sub-rogou.....486

- 2.3. Não é cabível a requisição da averbação de inquérito civil no registro imobiliário pelo ministério público, com fixação de prazo para o seu cumprimento ..... 487

**ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....491****1. ADOÇÃO .....491**

- 1.1. O registro civil de nascimento de pessoa adotada sob a égide do CC/1916 não pode ser alterado para a inclusão dos nomes dos ascendentes dos pais adotivos .....491
- 1.2. O risco de contaminação pela Covid-19 em casa de acolhimento pode justificar a manutenção da criança com a família substituta.....492
- 1.3. A redação literal do eca proíbe a adoção avoenga (adoção do neto pelos avós); no entanto, o STJ admite que isso ocorra em situações excepcionais..... 493

**2. TEMAS DIVERSOS..... 494**

- 2.1. Tv pode ser condenada ao pagamento de indenização por danos morais coletivos em razão da exibição de filme fora do horário recomendado..... 494
- 2.2. O art. 78 do eca traz um dever que obriga todos os que integram a cadeia de consumo..... 498
- 2.3. É legal a internação de adolescente gestante ou com o filho em amamentação, desde que assegurada atenção integral à sua saúde e da criança..... 498
- 2.4. Se a internação for aplicada sem termo, o cálculo do prazo prescricional deverá levar em

consideração a duração máxima da internação (3 anos).....	499	de que o registro dessa marca tem uma nulidade.....	509
2.5. É válida a extinção da internação quando o juízo da execução, ante a superveniência de processo-crime, entende que não restam objetivos pedagógicos.....	500	14. Em ação de infração de patente e desenho industrial, é possível a arguição incidental de nulidade de tais direitos, como matéria de defesa, na justiça estadual .....	510
2.6. Em acp na qual se questiona acolhimento institucional de menor, não é admissível improcedência liminar ou o julgamento antecipado do pedido.....	501	1.5. É ilegal a resolução nº 113/2013 do inpi que afasta a aplicação do direito de restauração de patente .....	512
2.7. É obrigatória a intervenção da funai em ação de destituição de poder familiar que envolva criança cujos pais possuem origem indígena.....	503	<b>2. CONTRATOS EMPRESARIAIS..... 513</b>	
2.8. Sentença que afastou criança do lar não impede pedido judicial de guarda pela mesma família .....	504	2.1. É possível que o contrato de abertura de crédito fixo preveja que os encargos financeiros serão um percentual da taxa média do cdi.....	513
2.9. Processo em que foi decretada a destituição do poder familiar não pode ser anulado por falta de citação de suposto pai com identidade ignorada.....	505	2.2. É nula a cláusula que prevê o pagamento antecipado da indenização devida ao representante comercial no caso de rescisão injustificada do contrato .....	514
2.10. De quem é a competência para executar a verba honorária sucumbencial arbitrada pelo juízo da infância e juventude?.....	505	2.3. Compete à justiça comum julgar as controvérsias envolvendo, de um lado, o representante comercial e, de outro, a representada .....	516
<b>DIREITO EMPRESARIAL..... 507</b>		2.4. O teto cobertura do fgc se aplica ao montante total do fundo instituído por concessionárias, não à quota-parte devida a cada associado .....	516
<b>1. PROPRIEDADE INDUSTRIAL .....507</b>		2.5. É possível a inclusão de valor relativo a honorários advocatícios contratuais na execução de contrato de locação de espaço em shopping center.....	517
1.1. A empresa que comercializa responde solidariamente com o fabricante .....	507	<b>3. TÍTULOS DE CRÉDITO ..... 518</b>	
1.2. A renúncia ao registro não enseja a perda do objeto da ação que veicula pretensão de declaração de nulidade da marca .....	508	3.1. Em uma nota promissória constaram duas datas de vencimento: uma coincide com a data de emissão do título e a outra é posterior. Qual prevalece? .....	518
1.3. Justiça estadual não pode julgar improcedente pedido de abstenção de uso de marca, sob o argumento		3.2. Na letra de câmbio não aceita não há obrigação cambial que vincule o sacado e o sacador somente tem ação extracambial contra o sacado não aceitante .....	519

- 3.3. A assinatura do sacador/emitente da duplicata é requisito que pode ser suprido por outro meio ..... 521
- 4. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL ..... 522**
- 4.1. A ação de habilitação retardatária de crédito deve ser ajuizada até a prolação da decisão de encerramento do processo recuperacional.....522
- 4.2. O síndico deve prestar contas também dos atos realizados pelo gerente que ficar responsável pela continuidade provisória das atividades do falido.....524
- 4.3. Compete ao juízo da recuperação judicial o julgamento de tutela de urgência que tem por objetivo antecipar o início do stay period.....525
- 4.4. Cômputo do período de dois anos de exercício da atividade econômica, para fins de recuperação judicial aplicável ao produtor rural ..... 527
- 4.5. Seguradora que não recebeu os prêmios arrecadados por empresa que atuou como representante de seguros terá que se submeter ao plano de recuperação ..... 529
- 4.6. Os créditos derivados da prestação de serviços contábeis e afins podem ser classificados como créditos trabalhistas no processo de recuperação judicial ..... 531
- 4.7. A sistemática prevista no art. 142 da Lei nº 11.101/2005 não é aplicável nas hipóteses do art. 66.....532
- 4.8. O crédito de honorários advocatícios sucumbenciais constituído após o pedido de recuperação judicial não está submetido ao juízo recuperacional..... 534
- 4.9. A alienação de ativos na forma de unidade produtiva isolada pode se dar por meio diverso do previsto nos arts. 60 e 142 da Lei nº 11.101/2005. 536
- 4.10. Os créditos lastreados em contratos de fiança bancária não estão submetidos aos efeitos da recuperação judicial ..... 537
- 4.11. Ajuizamento de execução fiscal em momento anterior à decretação da quebra do devedor e habilitação do crédito pela fazenda..... 539
- 4.12. Nos casos em que há aditamento ao plano de recuperação judicial, o termo inicial do prazo bienal de que trata o art. 61 da Lei 11.101/2005 Deve ser a data da concessão da recuperação judicial ..... 539
- 4.13. A regra do art. 104, III, da atual Lei de falências pode ser aplicada para as falências ocorridas antes da sua vigência.....541
- 4.14. Se a fazenda pública habilitar o crédito na falência, ela deverá, obrigatoriamente, renunciar a ação fiscal já proposta que cobra o mesmo crédito? ..... 542
- 4.15. A apresentação de certidões negativas de débitos tributários não constitui requisito obrigatório para concessão do pedido de recuperação judicial ..... 543
- 4.16. Compete ao juízo da recuperação decidir sobre a destinação dos depósitos recursais..... 545
- 4.17. É possível a penhora de quotas sociais de sócio por dívida particular por ele contraída, ainda que de sociedade empresária em recuperação judicial ..... 546
- 4.18. Empresa foi condenada a pagar danos morais ao seu ex-empregado; em seguida, ingressou com recuperação judicial; esse crédito será habilitado como crédito trabalhista.....547
- 4.19. A concordatária que descumpriu as obrigações assumidas na concordata e teve sua falência decretada

não tem direito à conversão em recuperação judicial.....	547
4.20. O redirecionamento da execução fiscal contra os sócios prescinde do trânsito em julgado da sentença penal condenatória em crime falimentar.....	548
4.21. O crédito decorrente das astreintes aplicadas no bojo de processo trabalhista deve ser habilitado na recuperação como quirografário .....	549
4.22. Pode-se arguir como matéria de defesa, em impugnação de crédito, a existência de abusividade na cláusula do contrato de que se originou o crédito.....	550
4.23. É absoluta a competência do local em que se encontra o principal estabelecimento para julgar a recuperação judicial; isso é aferido no momento da propositura .....	550
4.24. Juiz deferiu a recuperação; TJ reformou; STJ restaurou o entendimento de 1ª instância deferindo a recuperação; (in) validade dos atos executivos praticados .....	551
4.25. O ministério público é parte legítima para recorrer da decisão que fixa os honorários do administrador na recuperação judicial .....	552
4.26. Liquidação extrajudicial. Juiz pode ampliar o prazo de indisponibilidade do § 1º do art. 24-A da Lei nº 9.656/98 ..	553
4.27. Resumo das principais mudanças na reforma da Lei de falências.....	554
<b>DIREITO AMBIENTAL .....</b>	<b>557</b>
<b>1. COMPETÊNCIA .....</b>	<b>557</b>
1.1. Análise da competência no caso Brumadinho (MG) .....	557
1.2. É constitucional Lei Estadual que proíba a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos.....	557
<b>2. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL .....</b>	<b>558</b>
2.1. A reparação do dano ao meio ambiente é direito fundamental indisponível, sendo imperativo o reconhecimento da imprescritibilidade	558
2.2. O erro na concessão de licença ambiental não configura fato de terceiro capaz de interromper o nexo causal na reparação por lesão ao meio ambiente .....	558
<b>3. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>560</b>
3.1. A cobrança por município de multa relativa a danos ambientais já paga à união anteriormente, pelo mesmo fato, não configura <i>bis in idem</i> .....	560
<b>4. OUTROS TEMAS.....</b>	<b>562</b>
4.1. O art. 15 do código florestal não se aplica para situações consolidadas antes de sua vigência.....	562
4.2. É inconstitucional a revogação de resolução do conama que protegia o meio ambiente sem que ela seja substituída ou atualizada por outra que também garanta proteção .....	564
4.3. É vedada a captação de água subterrânea para uso de núcleos residenciais, sem que haja prévia outorga e autorização ambiental do poder público.....	566
4.4. O cumprimento de termo de ajustamento de conduta deve ser regido pelo código florestal vigente à época da celebração do acordo.....	566
4.5. Compensação ambiental feita no mesmo bioma, mas fora da mesma bacia hidrográfica .....	567

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL ..... 569****1. COMPETÊNCIA ..... 569**

- 1.1. Análise da competência no caso do rompimento da barragem de brumadinho..... 569
- 1.2. Justiça comum deve julgar causa de servidor celetista que passou a ser regido pelo regime estatutário (pós CF/88) ..... 571
- 1.3. Cabe à justiça comum julgar ações contra concurso público realizado por órgãos e entidades da administração para contratação de empregados celetistas..... 571
- 1.4. Justiça comum deve julgar ação de servidor contratado depois da CF/88, sem concurso público, contra município, no qual ele cobra verbas trabalhistas..... 573
- 1.5. Compete ao STF julgar ação proposta por estado contra união versando sobre imunidade tributária recíproca .... 573
- 1.6. Compete ao STF processar e julgar originariamente ações propostas contra o CNJ e contra o CNMP no exercício de suas atividades-fim..... 574
- 1.7. Compete às turmas que compõem a 2ª seção do STJ apreciar recurso em que se discute desconto de mensalidades de plano de saúde em fatura de energia elétrica ..... 576

**2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E PERICIAIS 577**

- 2.1. Se houve a extinção da execução fiscal, mas o crédito permanece sendo discutido em outra demanda, os honorários devem ser arbitrados por apreciação equitativa..... 577
- 2.2. São devidos os honorários de sucumbência ao procurador que não participou de acordo firmado entre as partes..... 579
- 2.3. O fato de estar caracterizada a sucumbência recíproca não afasta a condenação das partes litigantes ao pagamento de honorários de sucumbência ..... 580

- 2.4. É cabível a majoração dos honorários com base no § 11 do art. 85 do CPC mesmo que na sentença tenha sido reconhecida a sucumbência recíproca?..... 581

**3. OUTROS TEMAS..... 581**

- 3.1. Indeferimento de uma das notas promissórias em ação monitória e prosseguimento quanto a outra..... 581
- 3.2. A falha procedimental consubstanciada na publicação antecipada de resultado de julgamento que havia sido adiado não gera suspeição do relator ..... 582
- 3.3. O acolhimento da impugnação do valor da causa em momento posterior à decisão que julgou o mérito da causa principal não gera nulidade do processo..... 583
- 3.4. Caso a testemunha tenha sido ouvida no juízo deprecado, pelo método audiovisual, de quem é a responsabilidade pela degravação do depoimento?..... 584
- 3.5. O dever previsto no art. 489, § 1º, VI, do CPC abrange também julgado proferido por tribunal de 2º grau distinto daquele a que o julgador está vinculado?..... 585
- 3.6. O procedimento de distinção (distinguishing) previsto no art. 1.037, §§ 9º a 13, do CPC/2015, aplica-se também ao irdr ..... 587
- 3.7. A inversão do ônus probatório leva consigo o custeio da carga invertida..... 593
- 3.8. É aplicável ao INSS a multa do art. 334, § 8º, do CPC, quando a parte autora manifestar interesse na conciliação e a autarquia não comparecer à audiência ..... 599
- 3.9. Quando há pluralidade de réus, a data da primeira citação válida é o termo inicial para contagem dos juros de mora..... 600

3.10. É admissível a reconvenção sucessiva desde que a questão que justifique a propositura tenha surgido na contestação ou na primeira reconvenção .....	601	si só, de comprovar a inexistência de expediente forense .....	611
3.11. Juiz pode recorrer da decisão que julga procedente exceção de suspeição, ainda que não seja condenado ao pagamento de custas e honorários .....	602	4.7. A tese firmada por ocasião do julgamento do resp 1.813.684/SP é restrita ao feriado de segunda-feira de carnaval .....	613
3.12. Não existe vedação legal para que o autor que quiser propor a ação no jef renuncie o valor que exceder 60 salários mínimos a fim de poder se adequar ao teto .....	603	4.8. Rescisória fundada em violação literal de disposição de Lei e decisão do tribunal que julgar procedente a ação com base na violação de outro dispositivo .....	615
3.13. Lei 13.994/2020: Altera a Lei 9.099/95 Para possibilitar a conciliação não presencial no âmbito dos juizados especiais cíveis.....	604	4.9. Inexistindo homologação do pedido de renúncia, não se pode permitir a abertura do prazo decadencial para propor rescisória antes que ocorra a intimação da parte.....	617
<b>4. RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO .....</b>	<b>604</b>	4.10. A ação rescisória não é sucedânea de embargos de declaração.....	619
4.1. Se um processo que estava no plenário virtual é destacado para julgamento presencial, o julgamento será reiniciado .....	604	4.11. É inadmissível a reclamação proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada.....	619
4.2. Técnica de ampliação do colegiado e embargos de declaração que reforma a decisão parcial de mérito prolatada pelo juiz em 1ª instância .....	605	4.12. “Despacho” que intima o advogado para que o devedor cumpra obrigação de fazer, sob pena de multa, pode ser impugnado por meio de recurso .....	621
4.3. Técnica do julgamento ampliado também pode ser aplicada a embargos de declaração opostos contra acórdão que julgou apelação .....	608	4.13. Multa em caso de agravo interno manifestamente inadmissível ou improcedente é revertida em prol da parte contrária (art. 1.021, § 4º).....	622
4.4. Simples referência à existência de feriado local não é suficiente para a comprovação de tempestividade do recurso especial.....	609	4.14. Não cabe agravo de instrumento contra a decisão que aplica multa por ato atentatório à dignidade da justiça pelo não comparecimento à audiência de conciliação .....	623
4.5. É possível afastar a intempestividade do recurso quando isso decorreu do fato de o site do tribunal ter disponibilizado informação equivocada.....	610	4.15. É cabível a oposição de embargos de declaração para que a decisão embargada se adequue à jurisprudência superveniente.....	624
4.6. Alegação de ponto facultativo embasada em ato do poder executivo estadual não é capaz, por		4.16. Excepcionalmente, cabe resp contra decisão proferida no âmbito do pedido de suspensão se estiver em jogo aspectos da dignidade da pessoa humana.....	625
		4.17. Não cabe reclamação para o controle da aplicação de	

entendimento firmado pelo STJ em recurso especial repetitivo.....	627	executado, mesmo após o início do cumprimento de sentença .....	639
4.18. Toda a matéria devolvida à segunda instância deve ser considerada apreciada quando o TJ/TRF dá provimento à apelação por apenas um dos fundamentos.....	628	5.5. Não tendo sido prestada garantia real, é desnecessária a citação em ação de execução do cônjuge que apenas autorizou seu consorte a prestar aval.....	642
4.19. Não cabe re para discutir a possibilidade de retenção de honorários advocatícios contratuais sobre crédito relativo a diferenças do FUNDEF.....	629	5.6. Honorários fixados no despacho inicial da execução e sua execução em caso de acordo.....	644
4.20. Não cabe re se houver a necessidade de se analisar normas infraconstitucionais para se chegar à conclusão contrária .....	630	5.7. Requerimento de inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes (art. 782, § 3º, do CPC/2015).....	644
4.21. Não possui repercussão geral recurso extraordinário que verse sobre Lei Estadual posteriormente revogada e que foi objeto de acordo entre os interessados.....	631	5.8. Honorários sucumbenciais e condenação do cônjuge meeiro .....	647
4.22. Pagamento de honorários recursais quando o acórdão recorrido for publicado no CPC/2015, mesmo que a sentença tenha sido proferida no CPC/1973.....	631	5.9. Na execução de sentença que condenou ao pagamento de pensão mensal, o percentual dos honorários deverá incidir apenas sobre as parcelas vencidas .....	647
4.23. É nulo acórdão genérico que, sob a justificativa da multiplicidade de recursos, delega ao juízo de primeiro grau a sua aplicação ao caso concreto .	634	5.10. Coexistindo execução fiscal e execução civil, com pluralidade de penhoras recaindo sobre o mesmo bem, o produto da venda deve satisfazer o crédito fiscal em primeiro lugar .....	649
4.24. O STF reconheceu repercussão geral na discussão sobre a inclusão dos expurgos inflacionários na correção monetária dos depósitos judiciais.....	635	5.11. Medidas de constrição judicial em desfavor das caixas escolares ou das unidades descentralizadas de educação .....	650
<b>5. EXECUÇÃO.....</b>	<b>637</b>	5.12. Se um precatório de natureza alimentar é cedido, ele permanece sendo crédito de natureza alimentar e, portanto, será pago de forma preferencial.....	653
5.1. É ilegal decisão penhora valores de instituição financeira, no âmbito de processo do qual não era parte, mas funcionou como auxiliar da justiça.....	637	5.13. A preferência prevista no § 2º do art. 100 da Constituição Federal não pode ser reconhecida mais de uma vez em um mesmo precatório.....	655
5.2. Os bens da fundação habitacional do exército – fhe são impenhoráveis.....	638	5.14. Após a entrada em vigor do CPC/2015, o juiz deve intimar o executado para impugnação ao cumprimento de sentença, caso tenha transcorrido o prazo na vigência passado .....	657
5.3. O credor pode optar pela remessa dos autos ao foro de domicílio do			

5.15. Durante o período previsto no § 5º do art. 100 da constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos .....	658
5.16. É cabível a expedição de precatório referente a parcela incontroversa, em sede de execução ajuizada em face da fazenda pública. ....	661
5.17. São penhoráveis os valores de empréstimo consignado, salvo se o mutuário comprovar que os recursos são necessários à sua manutenção e de sua família .....	662
5.18. Ainda que citado pessoalmente na fase de conhecimento, é devida a intimação por carta do réu revel, sem procurador constituído, para o cumprimento de sentença .....	663
5.19. O acréscimo de 10% de honorários advocatícios, previsto no art. 523, § 1º, do CPC/2015, não admite relativização .....	664
5.20. Compete ao juízo da execução realizar a alienação judicial eletrônica, ainda que o bem esteja situado em comarca diversa.....	665
5.21. É possível a penhora de quotas sociais de sócio por dívida particular por ele contraída, ainda que de sociedade empresária em recuperação judicial .....	665
5.22. É imprescritível a pretensão de expedição de novo precatório ou nova RPV, após o cancelamento de que trata o art. 2º da Lei nº 13.463/2017?.....	667
5.25. Arma de fogo pode ser penhorada .....	670
5.26. Impossibilidade de constrição de verbas estaduais sob o fundamento de que os valores constituem créditos devidos pelo estado a empresas que sejam rés em ações trabalhistas.....	671
5.27. A caução prestada em ação conexa pode ser aceita como garantia do juízo para a concessão de efeito suspensivo a embargos à execução.....	672

## 6. EXECUÇÃO FISCAL.....672

6.1. Termo inicial da prescrição para redirecionamento em caso de dissolução irregular da empresa.....	672
6.2. A ação cautelar de caução prévia à execução fiscal não enseja condenação em honorários advocatícios em desfavor de qualquer das partes .....	674
6.3. O redirecionamento da execução fiscal contra os sócios prescinde do trânsito em julgado da sentença penal condenatória em crime falimentar.....	675
6.4. Redirecionamento da execução para cobrança de créditos tributários à incorporadora sem alteração da cda em caso de sucessão empresarial não oportunamente informada ao fisco.....	676

## 7. PROCESSO COLETIVO .....678

7.1. O MPF possui legitimidade para aCP que impugna a cobrança de encargos bancários abusivos praticados por instituições financeiras privadas.....	678
7.2. Em ação civil pública, é possível a substituição da associação autora por outra associação caso a primeira venha a ser dissolvida .....	679
7.3. A decisão em ms coletivo impetrado por associação beneficia todos os associados, sendo irrelevante a filiação ter ocorrido após a sua impetração.....	681
7.4. Não é possível cumprimento de sentença no juizado especial da fazenda pública para executar individualmente título judicial oriundo de ação coletiva .....	686
7.5. Não é cabível a requisição da averbação de inquérito civil no registro imobiliário pelo ministério público, com fixação de prazo para o seu cumprimento .....	687



**8. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS..... 688**

- 8.1. Não são cabíveis embargos de terceiro para desconstituir decisão judicial que permite a averbação de protesto na matrícula de um imóvel ..... 688
- 8.2. Sentença que julgou a primeira fase da ação de prestação de contas na vigência do CPC/1973; direito de exigir que elas sejam prestadas na forma da Lei revogada ..... 688
- 8.3. É cabível o pedido de repetição de indébito em dobro, previsto no art. 940 do CC/2002, em sede de embargos monitórios ..... 689

**DIREITO PENAL..... 693****1. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.....693**

- 1.1. É possível aplicar o princípio da insignificância para furto de bem avaliado em R\$ 20,00 mesmo que o agente tenha antecedentes criminais por crimes patrimoniais ..... 693
- 1.2. É possível aplicar o princípio para furto de R\$ 29,15, mesmo que a subtração tenha ocorrido durante repouso noturno e mesmo que o agente seja reincidente ..... 695
- 1.3. Em regra, não se aplica o princípio da insignificância ao furto qualificado, salvo quando presentes circunstâncias excepcionais que recomendam a medida ..... 696

**2. TEMAS DA PARTE GERAL.....697**

- 2.1. Aplica-se o arrependimento posterior para quem fez o ressarcimento da dívida principal antes do recebimento da denúncia, mas pagou depois os juros e a correção monetária ..... 697
- 2.2. Admite-se o uso de informações processuais extraídas dos sítios

eletrônicos dos tribunais, quando completas, a fim de demonstrar a reincidência do réu ..... 699

- 2.3. Não se aplica a agravante do art. 61, II, "h", do cp ao furto praticado aleatoriamente em residência sem a presença do morador idoso ..... 699
- 2.4. Se o erro do juiz na dosimetria foi apenas na denominação da circunstância (chamou de "conduta social", porém era "maus antecedentes"), é possível que a pena seja mantida ..... 700
- 2.5. O cumprimento de pena imposta em outro processo, ainda que em regime aberto ou em prisão domiciliar, impede o curso da prescrição executória ..... 702
- 2.6. Em adequação ao entendimento do stf, o inadimplemento da pena de multa obsta a extinção da punibilidade do apenado ..... 703
- 2.7. Na aplicação do art. 97 do cp não deve ser considerada a natureza da pena privativa de liberdade aplicável, mas sim a periculosidade do agente ..... 705
- 2.8. O reconhecimento da inimputabilidade ou semi-imputabilidade do réu depende da prévia instauração de incidente de insanidade mental e do respectivo exame médico-legal nele previsto ..... 707
- 2.9. Acórdão que confirma ou reduz a pena interrompe a prescrição ..... 707
- 2.10. A teoria do domínio do fato não permite que se faça uma acusação pela prática de crime sem a devida descrição do nexo de causalidade ..... 709

**3. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO .....710**

- 3.1. A competência para julgar estelionato que ocorre mediante depósito ou transferência bancária é do local da agência beneficiária do depósito ou transferência ..... 710

- 3.2. Nos casos em que se aplica a Lei 13.654/2018, É possível a valoração do emprego de arma branca, no crime de roubo, como circunstância judicial desabonadora.....712
- 3.3. Configura o crime de roubo a conduta do funcionário de uma empresa que combina com outro indivíduo para que este simule assalto.713
- 3.4. Não se admite a insignificância na prática de estelionato qualificado por médico que, no desempenho de cargo público, registra o ponto e se retira do hospital.....714
- 3.5. A mudança na ação penal do crime de estelionato, promovida pela Lei 13.964/2019, Retroage para alcançar os processos penais que já estavam em curso?.....715
- 4. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL ....716**
- 4.1. Estupro de vulnerável, vulnerabilidade temporária e ação penal segundo o art. 225 do cp (na época da Lei 12.015/2009).....716
- 4.2. A irmã de vítima do crime de estupro de vulnerável responde por conduta omissiva imprópria se assume o papel de garantidora.....718
- 5. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....719**
- 5.1. Governador que determina que valores descontados dos servidores de empréstimo consignado não sejam repassados ao banco, mas sim utilizados para quitação de dívidas do estado.....719
- 5.2. Configura o crime de peculato-desvio o fomento econômico de candidatura à reeleição por governador de estado com o patrimônio de empresas estatais.....721
- 5.3. Comete crime de desobediência o indivíduo que não atende a ordem dada pelo oficial de justiça na ocasião do cumprimento de mandado de entrega de veículo.....722
- 5.4. Deputado federal que recebe vantagem indevida para interceder junto a diretor da petrobrás a fim de que faça acordo com empresa privada..724
- 5.5. Desacato continua sendo crime.....726
- 5.6. Lei 14.110/2020: Alterou o crime de denúncia caluniosa.....729
- 6. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA ...729**
- 6.1. Contribuinte que, de forma contumaz e com dolo de apropriação, deixa de recolher o ICMS cobrado do adquirente, incide no art. 2º, II, da Lei 8.137/90.....729
- 6.2. Para a incidência do art. 12, I, da Lei nº 8.137/90 Em caso de sonegação fiscal de tributos federais, é necessário que o valor da dívida seja igual ou superior a R\$ 1 milhão .....732
- 6.3. A ausência de contumácia no não recolhimento do ICMS em operações próprias conduz ao reconhecimento da atipicidade da conduta .....733
- 7. OUTROS CRIMES DO CÓDIGO PENAL.....734**
- 7.1. A tenra idade da vítima é fundamento idôneo para a majoração da pena-base do crime de homicídio pela valoração negativa das consequências do crime...734
- 7.2. A materialidade do delito de incêndio deve ser comprovada, em regra, mediante exame de corpo de delito, podendo ser suprida por outros meios.....735
- 7.3. A qualificadora do meio cruel é compatível com o dolo eventual.....736
- 7.4. A ausência de previsibilidade de que a ofensa chegue ao conhecimento da vítima afasta o dolo específico do delito de injúria, tornando a conduta atípica.....737

7.5. Difamação pode ser praticada mediante a publicação de vídeo no qual o discurso da vítima seja editado..738	maria da pena no caso de violência do neto praticada contra a avó.....753
7.6. Na falsidade ideológica, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição da pretensão punitiva é o momento da consumação do delito..... 740	9.2. Quem julga estupro de vulnerável praticado por pai contra filha de 4 anos: vara criminal “comum” ou vara de violência doméstica?.....754
<b>8. LEI DE DROGAS (LEI 11.343/2006) ..... 741</b>	9.3. Lei 13.984/2020: Acrescenta duas novas medidas protetivas de urgência a serem cumpridas pelo agressor .....755
8.1. A reincidência de que trata o § 4º do art. 28 da Lei nº 11.343/2006 É a específica..... 741	<b>10. OUTROS TEMAS DA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE..... 755</b>
8.2. É do ministério público o ônus de provar que o réu não merece o benefício do art. 33, § 4º, da Lei de drogas; se não provar, presume-se que preenche os requisitos .....742	10.1. Compete à justiça federal julgar oferta pública de contrato de investimento coletivo em criptomoedas sem prévia autorização da cvm.....755
8.3. É possível que o juiz negue o § 4º do art. 33 Pelo simples fato de o acusado ser investigado em inquérito ou réu em ação penal que ainda não transitou em julgado? .....743	10.2. Crimes de trânsito .....758
8.4. Não incide o inciso iii do art. 40 da Lei nº 11.343/2006 Em caso de tráfico de drogas cometido nas dependências ou nas imediações de igreja .....745	10.3. Lavagem de dinheiro .....762
8.5. O autor da conduta do art. 28 da ld deve ser encaminhado diretamente ao juiz, que irá lavrar o termo circunstanciado e fará a requisição dos exames e perícias .....746	10.4. Crimes de responsabilidade dos prefeitos.....762
8.6. Transportar folhas de coca: crime do art. 33, § 1º, I, da Lei nº 11.343/2006 .....748	10.5. Racismo.....765
8.7. Atipicidade da importação de pequena quantidade de sementes de maconha.....749	10.6. Crimes do eca ..... 766
8.8. Stj determinou regime aberto a todas as pessoas condenadas por tráfico privilegiado, com pena de um ano e oito meses. .... 751	10.7. Crimes ambientais ..... 768
<b>9. LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/2006) ...753</b>	10.8. Lei de contravenções penais .....769
9.1. Constatada situação de vulnerabilidade, aplica-se a Lei	10.9. Estatuto do desarmamento .....770
	<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL ..... 773</b>
	<b>1. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL..... 773</b>
	1.1. Não há nulidade na ação penal instaurada a partir de elementos colhidos em inquérito policial que não deveria ter sido conduzido pela polícia federal.....773
	1.2. Não é permitido o ingresso na residência do indivíduo pelo simples fato de haver denúncias anônimas e ele ter fugido da polícia..... 775

1.3. Para ser decretada a medida de busca e apreensão, é necessário que haja indícios mais robustos que uma simples notícia anônima .....	777	de falso testemunho praticado em processos sob sua jurisdição .....	792
1.4. É constitucional o inquérito instaurado para investigar “fake news” e ameaças contra o stf .....	779		
1.5. Possibilidade de auxílio da agência de inteligência ao MP estadual .....	782		
1.6. O acordo de não persecução penal (anpp) aplica-se a fatos ocorridos antes da Lei nº 13.964/2019, Desde que não recebida a denúncia.....	783		
1.7. Lei 14.069/2020: Cria o cadastro nacional de pessoas condenadas por crime de estupro.....	784		
<b>2. COMPETÊNCIA .....</b>	<b>784</b>	<b>3. PRISÃO E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES</b>	<b>793</b>
2.1. Depois de anos sendo investigado em inquérito que tramitava no stf, o ministro declinou para a 1ª instância porque os fatos ocorreram antes de o investigado ser deputado.....	784	3.1. A audiência de custódia constitui direito público subjetivo, de caráter fundamental.....	793
2.3. Justiça do trabalho não tem competência penal.....	786	3.2. Não é cabível a realização de audiência de custódia por meio de videoconferência .....	795
2.4. STF determina que justiça eleitoral de 1ª instância apure crime eleitoral e também crime federal conexos.....	787	3.3. O que acontece se, injustificadamente, não for realizada a audiência de custódia? .....	799
2.5. Em regra, compete à justiça estadual julgar habeas corpus preventivo destinado a permitir o cultivo e o porte de maconha para fins medicinais.....	788	3.4. Depois do pacote anticrime, não é mais possível que o juiz, de ofício, converta a prisão em flagrante em prisão preventiva.....	800
2.6. Os crimes relacionados com pirâmide financeira envolvendo criptomoedas são, em princípio, de competência da justiça estadual .....	789	3.5. O descumprimento da regra do parágrafo único do art. 316 do CPP não gera, para o preso, o direito de ser posto imediatamente em liberdade .....	800
2.7. Competência para julgar os crimes dos arts. 241, 241-A e 241-b do eca .....	790	3.6. A obrigação de revisar, a cada 90 dias, a necessidade de se manter a custódia cautelar (art. 316, Parágrafo único, do CPP) é imposta apenas ao juiz ou tribunal que decretar a prisão preventiva.....	801
2.8. É inconstitucional foro por prerrogativa de função para procuradores do estado e defensores públicos .....	792	3.7. A manutenção da prisão preventiva exige a demonstração de fatos concretos e atuais que a justifiquem ....	803
2.9. A justiça do distrito federal é a competente para julgar o crime		3.8. Pais e outros responsáveis por menor de 12 anos ou por pessoa com deficiência possuem direito à prisão domiciliar.....	804
		3.9. A recomendação 62/2020 do CNJ não é aplicável ao acusado que não está privado de liberdade no sistema penal brasileiro .....	808
		3.10. É possível a fixação de astreintes em desfavor de terceiros, não participantes do processo, pela demora ou não cumprimento de ordem emanada do juízo criminal.....	808

3.11. É possível ao juízo criminal efetivar o bloqueio via bacen-jud ou a inscrição em dívida ativa dos valores arbitrados a título de astreintes .....	810	comunicação prévia (e não autorização judicial).....	827
3.12. É inconstitucional a previsão legal que determina o afastamento do servidor público pelo simples fato de ele ter sido indiciado pela prática de crime.....	811	4.10. A determinação judicial para identificação dos usuários que operaram em determinada área geográfica, suficientemente fundamentada, não ofende a proteção à privacidade e à intimidade.	829
<b>4. PROVAS.....</b>	<b>812</b>	4.11. Falta de mandado não invalida busca e apreensão em apartamento desabitado.....	831
4.1. Não viola a SV 14 quando se nega que o investigado tenha acesso a peças que digam respeito a dados sigilosos de terceiros e que não estejam relacionados com o seu direito de defesa.....	812	4.12. Para o acesso a dados telemáticos não é necessário a delimitação temporal para fins de investigações criminais.....	832
4.2. É constitucional Lei Estadual que transforma o cargo de datiloscopista da polícia civil em perito papiloscopista .....	813	4.13. Para que se reconheça a nulidade pela inobservância da regra do art. 400 do CPP é necessária a comprovação de prejuízo?.....	832
4.3. Advogado que teve seus poderes revogados pela cliente, que pediu de volta os documentos do caso, não pode depor como testemunha no processo.....	815	<b>5. TRIBUNAL DO JÚRI .....</b>	<b>834</b>
4.4. Descumprimento do art. 212 do CPP e eventual nulidade processual .....	817	5.1. Cabe apelação com fundamento no art. 593, III, “d”, do CPP (decisão manifestamente contrária à prova dos autos) se o júri absolver o réu?.....	834
4.5. É indevido o ato de delegação da condução e direção de produção de prova oral à autoridade estrangeira .....	820	5.2. A condenação do réu no júri deve ser anulada se o advogado fez sustentação oral por apenas 3 minutos?.....	836
4.6. Não é lícita a prova obtida por meio de abertura de carta, telegrama ou qualquer encomenda postada nos correios, ante a inviolabilidade do sigilo das correspondências .....	821	5.3. A mera presunção de parcialidade dos jurados em razão da divulgação dos fatos e da opinião da mídia é insuficiente para o desaforamento .....	838
4.7. Não haverá infiltração policial se o agente apenas representa a vítima nas negociações de extorsão .....	822	<b>6. TEMAS DIVERSOS.....</b>	<b>840</b>
4.8. É lícita a gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro.....	825	6.1. Colaboração premiada.....	840
4.9. Ação controlada do art. 8º, § 1º da Lei nº 12.850/2013 Exige apenas		6.2. Suspensão condicional do processo.....	844
		6.3. Momento do interrogatório nas ações penais regidas pela Lei nº 8.038/90.....	847
		6.4. A sentença condenatória, ao fixar o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, poderá condenar o réu ao pagamento de danos morais coletivos.	849

6.5. Não há, no momento, decisão do comitê de direitos humanos da onu impedimento o prosseguimento das ações penais contra o ex-presidente lula.....	850	<b>8. RECURSOS.....</b>	<b>866</b>
6.6. Nulidade de acordo de colaboração premiada em virtude de suspeita de irregularidade na atuação do ministério público nas tratativas com o delator.....	850	8.1. Situação de reformatio in pejus indireta.....	866
6.7. A OAB não tem legitimidade para atuar como assistente de defesa de advogado réu em ação penal.....	853	8.2. Não cabe mandado de segurança contra decisão do juiz de 1ª instância que defere ou indefere o desbloqueio de bens e valores; cabe apelação.....	868
6.8. É constitucional a multa imposta ao defensor por abandono do processo, prevista no art. 265 do CPP.....	854	9.1. Não cabe hc contra decisão monocrática de ministro do stf.....	868
6.9. No caso do art. 366 do CPP, o prazo prescricional ficará suspenso pelo tempo de prescrição da pena máxima em abstrato cominada ao crime.....	856	9.2. A concessão do benefício da transação penal impede a impetração de habeas corpus em que se busca o trancamento da ação penal?.....	869
6.10. São constitucionais o art. 60 da Lei 9.099/95 e o art. 2º da Lei 10.259/2001.....	857	9.3. É possível a impetração de habeas corpus e a interposição de recurso de forma concomitante?.....	871
6.11. Ministro do STJ que apreciou o resp pode, posteriormente, participar do julgamento do outro resp decorrente da revisão criminal.....	859	9.4. O habeas corpus pode ser empregado para impugnar medidas cautelares de natureza criminal diversas da prisão.....	872
<b>7. NULIDADES.....</b>	<b>861</b>	9.5. Cabimento de habeas corpus para tratar de questões processuais quando a liberdade do paciente estiver ameaçada, ainda que indiretamente.....	873
7.1. Não viola a SV 11 a manutenção das algemas de réu que integra milícia, possui extensa folha de antecedentes e foi transferido em virtude da sua periculosidade.....	861	<b>10. EXECUÇÃO PENAL.....</b>	<b>873</b>
7.2. A nulidade processual pela não abertura da fase de diligências configura nulidade relativa.....	861	10.1. Mesmo que na sentença não tenha constado expressamente que o réu é reincidente, o juízo da execução penal poderá reconhecer essa circunstância.....	873
7.3. STF determinou o desentranhamento do termo de colaboração premiada de antônio paloCCi do processo que tramita contra lula.....	862	10.2. Execução provisória da pena.....	874
7.4. Anulação da condenação do caso banestado.....	863	10.3. Descumprimento das condições impostas para o livramento condicional não pode ser invocado para impedir a concessão do indulto.....	877
		10.4. Não é necessária a realização de pad para aplicação de falta grave, desde que haja audiência de justificação realizada com a participação da defesa e do mp.....	879

- 10.5. Durante a pandemia da Covid-19, os apenados que tiveram suspenso o exercício do trabalho externo, possuem direito à prisão domiciliar? .....881
- 10.6. Reconhecimento da inimputabilidade ou semi-imputabilidade do réu depende da prévia instauração de incidente de insanidade mental.....882
- 10.7. O tempo excedido, na frequência escolar, ao limite legal de 12 horas a cada 3 dias deve ser considerado para fins de remição da pena.....883
- 10.8. Reconhecimento de falta grave consistente na prática de crime doloso no curso da execução exige trânsito em julgado da condenação criminal? .....885
- 10.9. O requisito “não ter integrado organização criminosa” (inciso v do § 3º do art. 112 da LEP) deve levar em consideração a Lei nº 12.850/2013.....886
- 10.10. A progressão de regime do reincidente não específico em crime hediondo ou equiparado com resultado morte deve observar o art. 112, VI, a, da LEP.....887

## **11. PRISÃO E LIBERDADE..... 888**

- 11.1. A prisão domiciliar do art. 318 do CPP não pode ser utilizada quando se tratar de execução definitiva de título condenatório.....888
- 11.2. Em razão da Covid-19, o STJ determinou a soltura de todos os presos que tiveram a liberdade provisória condicionada ao pagamento de fiança.....891

## **DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR ..... 893**

### **1. NA DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR, CONSIDERA-SE O CRITÉRIO SUBJETIVO ALIADO AO CRITÉRIO OBJETIVO .....893**

## **DIREITO TRIBUTÁRIO..... 897**

### **1. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA .....897**

- 1.1. A Lei Complementar é a forma exigível para a definição do modo beneficente de atuação das entidades de assistência social contempladas pelo art. 195, § 7º, da CF..897
- 1.2. A imunidade tributária prevista no art. 149, § 2º, I, da CF/88 abrange também as receitas decorrentes de operações indiretas de exportação.....900
- 1.3. O livro eletrônico e os suportes exclusivamente utilizados para fixá-los gozam de imunidade tributária.....902
- 1.4. Estados-membros, mesmo gozando de imunidade tributária recíproca, devem cumprir as obrigações tributárias acessórias.....906
- 1.5. Incide a imunidade tributária recíproca (art. 150, VI, “a”, da CF), no caso de alienação fiduciária em que pessoa jurídica de direito público seja a devedora.....907
- 1.6. Sociedade de economia mista com ações negociadas na bolsa, e que seja voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas, não tem direito à imunidade tributária.....909

### **2. TEMAS DIVERSOS..... 911**

- 2.1. É inconstitucional Lei Estadual que preveja que o administrador, o advogado e o economista teriam responsabilidade solidária em relação às obrigações tributárias de seus clientes .....911
- 2.2. As empresas nacionais que vendem mercadorias para a zona franca de Manaus possuem direito ao benefício fiscal do reintegra.....913
- 2.3. Em razão do seu caráter interpretativo, o conceito de licitação internacional do art. 3º da

Lei 11.732/2008 Retroage às situações anteriores à sua vigência.....	914
2.4. A alteração no programa fiscal reintegra, por acarretar indiretamente a majoração de tributos, deve respeitar o princípio da anterioridade.....	916
2.5. Qual é o termo inicial da incidência de correção monetária no ressarcimento de créditos tributários escriturais?.....	918
2.6. Os serviços de capatazia integram a base de cálculo do imposto de importação.....	921
2.7. É inconstitucional a criação de taxa de combate a incêndios.....	922
2.8. É possível condicionar o desembaraço aduaneiro de bens importados ao pagamento de diferenças apuradas por arbitramento da autoridade fiscal.....	923
2.9. O secretário de fazenda não está legitimado a figurar, como autoridade coatora, em mandado de segurança que busca evitar lançamento fiscal.....	925
2.10. Para que ocorra a exclusão do contribuinte do refis é indispensável a sua prévia intimação.....	926
2.11. Apenas a indisponibilidade de bens prevista na parte final do § 3º do art. 20-B da Lei 10.522/2002 É inconstitucional; o restante do dispositivo é válido.....	927
<b>3. IMPOSTO DE RENDA.....</b>	<b>929</b>
3.1. Não tendo participado do fato gerador do tributo, a declaração conjunta do ir não torna o cônjuge corresponsável pela dívida tributária ...	929
3.2. A isenção de quota condominial do síndico não configura renda para fins de incidência do imposto de renda de pessoa física.....	930
3.3. É ilegal o art. 4º, I, da IN SRF nº 139/1989 que proibiu a compensação envolvendo exercícios financeiros diferentes.....	930
3.4. O rti não desobriga que as empresas de telefonia do brasil retenham IRPJ e cide incidentes sobre os valores remetidos ao exterior.....	932
3.5. Não é possível estender, pela via judicial, a isenção prevista no art. 6º, XIV, da Lei 7.713/88 aos trabalhadores em atividade.....	933
3.6. A súmula 584 do STF foi cancelada.....	935
3.7. O teto de 30% para compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e da base de cálculo negativa da CSLL se aplica às empresas incorporadoras.....	936
3.8. Não incide imposto de renda sobre o valor recebido a título de ajuda compensatória mensal prevista no art. 476-A da CLT (lay-off).....	939
3.9. Fato gerador de irrf em remessa ao exterior se dá no vencimento ou pagamento da dívida, o que ocorrer primeiro.....	940
3.10. Valores auferidos a título de “reembolso de materiais” adquiridos para a atividade de construção civil não devem ser deduzidos do IRPJ e da CSLL pelo lucro presumido.....	941
<b>4. IPI.....</b>	<b>942</b>
4.1. Não há direito ao crédito de IPi em relação à aquisição de insumos isento, não tributados ou sujeitos à alíquota zero.....	942
4.2. Havendo mero deslocamento para outro estabelecimento ou para outra localidade, permanecendo o produto sob o domínio do contribuinte, não haverá incidência do IPi.....	943
<b>5. ICMS.....</b>	<b>945</b>
5.1. Dilatação volumétrica de combustível pelo calor não constitui fato gerador de ICMS.....	945



- 5.2. Não cabe ICMS sobre a demanda de potência elétrica ..... 946
- 5.3. A venda de medicamentos é fato gerador de iss ou de ICMS? .....947
- 5.4. O sujeito ativo do ICMS-importação é o estado no qual está domiciliado ou estabelecido o destinatário legal da operação que deu causa à circulação da mercadoria ..... 948
- 5.5. Mato grosso do sul tem direito exclusivo ao ICMS sobre importação de gás da bolívia considerando que é o destinatário jurídico do gás..... 950
- 5.6. Se a locadora de veículos vende um carro que havia adquirido há menos de 12 meses, ela terá que pagar ICMS ... 953
- 5.7. É válida Lei Estadual que dispõe acerca da incidência do ICMS sobre operações de importação editada após a vigência da EC 33/2001, mas antes da LC114/2002..... 954
- 5.8. A imunidade do art. 155, § 2º, X, “a”, da CF é restrita à exportação de mercadorias, não alcançando a saída de peças, partes e componentes no mercado interno ..... 956
- 5.9. A imunidade do art. 155, § 2º, X, “b”, da CF/88 restringe-se ao estado de origem, não abrangendo o estado de destino da mercadoria ..... 956
- 5.10. A imunidade tributária prevista no art. 155, § 2º, X, “b”, da CF/88 não se aplica para operação interna de aquisição interna lubrificante..... 958
- 5.11. A norma do art. 20, § 6º, I, da LC87/96 não confere o crédito a quem promove as saídas isentas, mas ao contribuinte que adquire os produtos agropecuários ao abrigo da isenção ..... 959
- 5.12. Sacolas plásticas e bandejas não são insumos essenciais à atividade dos supermercados, de modo que não geram creditamento de ICMS..... 962
- 5.13. É possível o estorno proporcional de crédito de ICMS efetuado pelo estado de destino, em razão de crédito fiscal presumido concedido pelo estado de origem sem autorização do confaz ..... 964
- 5.14. Na ado 25 foi reconhecida a omissão do congresso nacional em editar a LCde que trata o art. 91 do adct; depois do acórdão, as partes fizeram acordo..... 965
- 6. IMPOSTOS MUNICIPAIS .....967**
- 6.1. A diferenciação de alíquotas pela edificação do imóvel não se confunde com a progressividade do IPTu; logo, não é inconstitucional mesmo que antes da EC 29/2000..... 967
- 6.2. É possível a cobrança de iss sobre serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria e similares..... 970
- 6.3. A lista de serviços que podem ser objeto de iss é taxativa, mas comporta interpretação extensiva..... 971
- 6.4. A nulidade de negócio jurídico de compra e venda de imóvel viabiliza a restituição do valor recolhido pelo contribuinte a título de itbi.....973
- 7. CONTRIBUIÇÕES..... 973**
- 7.1. Os meros cerealistas não têm direito ao crédito presumido de pis/pasep e cofins .....973
- 7.2. Creditamento de pis/cofins e bens ou serviços provenientes de empresa localizada fora da zona franca de manaus (zfm).....974
- 7.3. Aproveitamento de créditos de pis e cofins e sistema monofásico .....974
- 7.4. É constitucional a Lei 10.833/2003 (Fruto da conversão da MP 135/2003), na parte que instituiu a cobrança não-cumulatividade da cofins .....978

- 7.5. É constitucional o art. 8º, § 9º da Lei 10.865/2004 (Pis-importação e cofins-importação mais elevado para importadoras de autopeças que não sejam fabricantes).....979
- 7.6. É constitucional a flexibilização da legalidade tributária constante do § 2º do art. 27 da Lei 10.865/2004 .....980
- 7.7. As receitas decorrentes de vendas de mercadorias destinadas à zfm devem ser excluídas da base de cálculo da cprb..... 982
- 7.8. É constitucional a contribuição social do segurado especial prevista no art. 25 da Lei nº 8.212/91..... 983
- 7.9. As contribuições devidas ao sebrae, à apex e à ABDI com fundamento na Lei nº 8.029/90 Continuam válidas mesmo após a EC 33/2001..... 986

## 8. DIREITO FINANCEIRO .....987

- 8.1. As receitas provenientes do adicional criado pelo art. 82, § 1º, do ADCT não podem ser computadas para efeito de cálculo da amortização da dívida do estado ..... 987
- 8.2. As restrições impostas pelos arts. 14, 16, 17 e 24 da Lrf não se aplicam durante o estado de calamidade pública decorrente do coronavírus ..... 989
- 8.3. Lei estadual não pode autorizar que o estado utilize recursos de depósitos judiciais, em percentuais e para finalidades diferentes do que é previsto na legislação federal..... 992
- 8.4. Análise da constitucionalidade da Lei de responsabilidade fiscal..... 993
- 8.5. Análise da constitucionalidade de fundo especial do poder judiciário de roraima.....998
- 8.6. Mesmo durante a Covid-19, não pode ser atendido pedido feito por governador para que sejam afastadas as limitações da lfr referentes a execução de gastos continuados.....1000
- 8.7. EC 106/2020: institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública decorrente do coronavírus..... 1001
- 8.8. Lc 173/2020: programa federativo de enfrentamento do coronavírus..... 1002

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO ..... 1005

### 1. APOSENTADORIA ..... 1005

- 1.1. É constitucional o art. 57, § 8º da Lei 8.213/91, que proíbe o titular da aposentadoria especial de continuar ou voltar a trabalhar com atividades nocivas .....1005
- 1.2. O trabalho rural prestado por menor de 12 anos, apesar de ser proibido, caso seja desempenhado, deve ser computado para fins previdenciários..1008
- 1.3. É possível receber o benefício por incapacidade mesmo que o período coincida com àquele em que o segurado estava trabalhando e aguardava o deferimento.....1008
- 1.4. Definição do critério de atualização monetária no cálculo de concessão de aposentadoria com base na reunião dos requisitos vigentes antes da EC 20/98..... 1010

### 2. TEMAS DIVERSOS..... 1012

- 2.1. Aposentado pode pedir revisão para incluir salários anteriores a 1994 no cálculo do benefício (“revisão da vida toda”) .....1012
- 2.2. Não há, por ora, previsão legal do direito à ‘desaposentação’ ou à ‘reaposentação’, sendo constitucional a regra do art. 18, § 2º, da Lei nº 8.213/91.....1014

2.3. O art. 21-A da Lei nº 8.213/91 É constitucional.....	1018	regido pelo regime estatutário (pós CF/88).....	1033
2.4. Incide a contribuição previdenciária patronal sobre os valores pagos a título de hora repouso alimentação – hra.....	1019	1.2. Justiça comum deve julgar ação de servidor contratado depois da CF/88, sem concurso público, contra município, no qual ele cobra verbas trabalhistas.....	1033
2.5. Direito à revisão de benefício previdenciário cujo mérito não foi apreciado na concessão também decaí em dez anos.....	1021	1.3. Cabe à justiça comum julgar ações contra concurso público realizado por órgãos e entidades da administração para contratação de empregados celetistas.....	1034
2.6. É legítima a incidência de contribuição social, a cargo do empregador, sobre os valores pagos ao empregado a título de terço de férias gozadas.....	1022	1.4. Justiça do trabalho não tem competência penal.....	1034
2.7. Não é legítima a incidência de contribuição social, a cargo do empregador, sobre os valores pagos a título de salário-maternidade.....	1024	1.5. It não tem competência para julgar as causas instauradas entre o poder público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária.....	1034
2.8. Lei 13.982/2020: Alterações no benefício de prestação continuada previsto na Lei 8.742/93.....	1026	1.6. It pode executar contribuições sociais mesmo que relacionadas com sentenças anteriores à EC 20/98.....	1035
<b>3. PREVIDÊNCIA PRIVADA.....1026</b>		1.7. It não tem competência para julgar ação na qual entidade sindical discute recolhimento de contribuição sindical envolvendo servidores estatutários.....	1036
3.1. Ação na qual se discute a exclusão da ctva do salário de contribuição do autor e definição se é verba salarial.....	1026	<b>2. TEMAS DIVERSOS.....1038</b>	
3.2. Prazo prescricional para a restituição de contribuições descontadas indevidamente dos beneficiários de contrato de previdência complementar.....	1027	2.1. O art. 927, Parágrafo único, do CC pode ser aplicado para permitir a responsabilização objetiva do empregador por acidentes de trabalho.....	1038
<b>DIREITO INTERNACIONAL..... 1029</b>		2.2. É constitucional a MP 936/2020 (programa emergencial de manutenção do emprego).....	1038
<b>1. EXPLUSÃO DE ESTRANGEIRO QUE TENHA FILHO BRASILEIRO.....1029</b>		2.3. Inconstitucionalidade de dispositivos da MP 927/2020.....	1041
<b>DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO .....1033</b>		2.4. O art. 522 da CLT, que prevê um número máximo empregados que podem ser dirigentes sindicais, é compatível com a CF/88 e não viola a liberdade sindical.....	1042
<b>1. COMPETÊNCIA .....1033</b>			
1.1. Justiça comum deve julgar causa de servidor celetista que passou a ser			

2.5. A Lei nº 13.467/2017 Alterou o § 3º do art. 614 da CLT e vedou expressamente a ultratividade das normas coletivas no ordenamento jurídico brasileiro ..... 1043

2.6. Trabalhadores portuários avulsos também têm direito a adicional de risco..... 1044

2.7. Requisito de baixa renda instituído para o salário-família pela EC 20/98

não se aplica para quem, na data da publicação da emenda, já estava em gozo do benefício..... 1046

2.8. TST não pode alegar ausência de transcendência para não conhecer de recurso de revista no qual se discute o art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 ..... 1046

**BIBLIOGRAFIA ..... 1049**